

CAS
Financiamento de moradia popular terá audiência pública

PÁGINA 3

CRE
Viana propõe debate sobre a política espacial brasileira

PÁGINA 4



Caminhoneiro e representantes de corretoras de seguros depõem na CPI

PÁGINA 2

MP DOS BINGOS
Comissão mista examina emendas ao projeto de conversão

PÁGINA 3

Projeto amplia controle sobre fiscalização de verbas públicas

O Senado encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador José Eduardo Dutra que obriga o TCU a enviar às duas casas do Legislativo o resultado de suas fiscalizações e exame de contas. Outro projeto enviado à Câmara é o da senadora Maria do Carmo Alves que institui o Dia do Inventor.

PÁGINA 4

Martus Tavares explica hoje contingenciamento de recursos

Ministro fala em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, a partir das 14h, e analisa também o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi alterado



Martus Tavares analisa LDO para 2001, alterada com a aprovação do PPA

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, participa de audiência pública hoje, a partir das 14h, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ele explicará o contingenciamento e as restrições adotadas na liberação de recursos do Orçamento

da União. O ministro deve analisar, também, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2001, que foi mudado em decorrência da aprovação, pela comissão, do Plano Plurianual (PPA) obedecendo à nova metodologia do Orçamento Geral da União.

PÁGINA 4

GUERRA À CORRUPÇÃO

O que é: um compromisso de combate ao crime no comércio entre países, sem atingir a soberania das nações.

Como: define o delito de corrupção de funcionário público estrangeiro e as sanções que a ele devem ser impostas, sem deixar de responsabilizar também as pessoas jurídicas.

Objetivo: erradicar a corrupção nas transações comerciais internacionais, que distorce as condições normais de competitividade.

Convenção de Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Paris, 1997)

Fonte: Relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS).

PLENÁRIO ANALISA CONVENÇÃO CONTRA CORRUPÇÃO DE FUNCIONÁRIO ESTRANGEIRO

PÁGINA 3



Antonio Carlos pediu mais uma vez a presença do Exército no combate ao crime

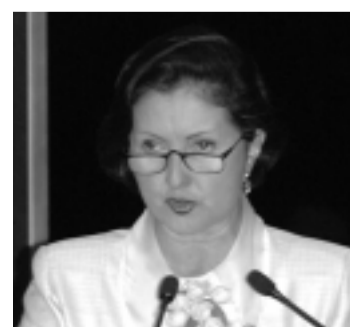
ACM cobra medidas contra a violência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que as autoridades não podem ficar de braços cruzados com "o povo morrendo na rua e sendo assaltado". Ele fez o comentário ao analisar o assalto a um ônibus no Rio de Janeiro.

PÁGINA 2



Dutra é autor do projeto que amplia o controle dos atos e fatos apurados pelo TCU



Maria do Carmo propôs a instituição do Dia do Inventor, que será votada pela Câmara

ACM reclama providências urgentes contra a violência

Assalto a ônibus no Rio leva presidente do Senado a defender, mais uma vez, a participação do Exército no combate ao crime

Comentando o assalto a ônibus no Rio de Janeiro, em que reféns ficaram ontem sob a mira de um assaltante por mais de quatro horas, o presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, afirmou que novas medidas contra a violência deveriam ter sido tomadas “anteontem”. Para o senador, as autoridades não podem ficar de braços cruzados com “o povo morrendo na rua e sendo assaltado”. Ele pediu mais uma vez a presença do Exército no combate ao crime.

— O caso é da maior gravidade, não dá para brincar com a segu-

rança do país. Se quem isso acontecendo todos os dias, vai acontecer também com as autoridades, por mais que tenham seguranças. O governo tem que tomar uma providência. Inclusive o Congresso tem que coibir, através de legislação própria, esses abusos, esses crimes. É preciso empregar, tanto quanto possível, as Forças Armadas e repensar o seu papel. Ele acrescentou que os chefes



ACM: autoridades não podem cruzar os braços enquanto “o povo morre”

militares não gostam da idéia de as Forças Armadas combaterem o crime por estarem “acostumados a uma situação”. Para Antonio Carlos, tanto o governo como o Congresso podem propor uma legislação nova sobre o assunto.

— Como admitiu com muita inteligência o comandante do Exército, em horas difíceis, mesmo na segurança interna, o Exército não faltará — disse Antonio Carlos.

cal e telefônico de 26 pessoas e empresas. A lista foi concebida a partir das CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, que funcionaram na Câmara dos Deputados.

A comissão realizou duas audiências públicas, nas quais foram ouvidos seis representantes de empresas transportadoras. Alguns dos depoimentos foram sigilosos. O relator da CPI, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), disse que nesses depoimentos foram coletadas informações sobre nomes de suspeitos de estarem envolvidos com o roubo e o “desmanche” de caminhões.

CPI ouve representantes de corretoras de seguros

A comissão parlamentar mista de inquérito que apura o aumento do roubo de cargas no país realiza mais uma audiência hoje, às 15h. Dessa vez, deputados e senadores vão ouvir o depoimento de três representantes de corretoras de seguros, além do caminhoneiro Luiz Carlos Beltramini, de Ibirama (SC). Falam em nome das corretoras Artur Santos, da Pancary (SP);



Paulo Cunha, da Apsul (RS); e Celso Ciglio, da Disconal (SP).

Instalada em 16 de maio, a comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e que tem prazo de funcionamento previsto até 8 de setembro, já aprovou a quebra do sigilo bancário, fis-

Senadores expressam pesar por morte do pai de Maguito

Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentaram ontem requerimento de pesar pelo falecimento de Joaquim Vilela. Pai do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), Joaquim Vilela, natural do município goiano de Jataí, morreu na última quinta-feira, aos 97 anos. Conforme justificativa de Iris

Rezende, o empresário rural Joaquim Vilela representou a figura do “grande patriarca e conselheiro e, como cidadão, ensinou a respeitar os costumes, as leis, as tradições e as decisões político-administrativas da sua cidade e do seu estado”. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, solidarizou-se ontem com o

senador Maguito, dizendo que a sua atuação destacada no Senado deve-se à influência de seu pai. — Todos os que vivem em Brasília devem homenagens a Joaquim Vilela — disse o presidente do Senado, lembrando o seu apoio à transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2000

Presidente

Antonio Carlos Magalhães

11h30 — Recebe Hélio Bicudo, acompanhado de membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Requerimento nº 321/2000, do senador Carlos Patrocínio, solicitando seja consignado voto de aplauso ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento à decisão de encaminhar à Câmara dos Deputados mensagem autorizando a instituição da Fundação Universidade Federal do Tocantins; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição federal (preenchimento do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União); PDL nº 116/95, que renova a concessão à Rádio e TV Correio OM, de João Pessoa (PB); PDL nº 193/99, que outorga permissão à Fundação Logos — Edições, Jornalismo e Radiodifusão FM, de São José dos Campos (SP); PDL nº 43/2000, que aprova o texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; Mensagem nº 102/2000, que submete o nome de Joaquim Augusto Whitaker Sales para cumulativamente, com a função no Quênia, exercer a de embaixador do Brasil em Uganda; Mensagem nº 115/2000, que submete o nome de Francisco Thompson Flores Netto para exercer a função de embaixador do Brasil no Uruguai; Requerimento nº 291/2000, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 100 e 417, de 1999, 70, 87 e 143, de 2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 302/2000, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando o sobrestamento do PDL nº 199/99, que renova a concessão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte OM (PR), para aguardar posicionamento do Poder Judiciário sobre as questões jurídicas pertinentes ao controle acionário da rádio supracitada.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 20/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; e emendas apresentadas ao substitutivo do PLS nº 530/2000, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública sobre financiamento de moradias, com a presença do ministro Ovídio de Angelis, secretário de Desenvolvimento Urbano; do deputado Renato Vianna, relator da PPA; do deputado Sérgio Guerra, relator da LDO; do governador de Santa Catarina, Esperidião Amin; do presidente da CEF, Emílio Carrazzi; do coordenador do Instituto Cidadania, Luiz Inácio Lula da Silva; e do ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, PLC nº 37/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); tramitando em conjunto com o PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PRS nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas à implantação do programa de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 129/2000, que denomina de José Vieira de Sales Guerra a ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracará (RR); e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para explicar o contingenciamento ao Orçamento 2000 (Decreto nº 3.473/2000) e da LDO/2001 (PLN 001/2000-CN). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP 2.011-8, altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos)

Pauta: discussão das emendas apresentadas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: depoimento dos corretores de seguro Artur Santos, da Pancary (SP); Paulo Cunha, da Apsul (RS); Celso Ciglio, da Disconal (SP); e Luiz Carlos Beltramini, da Ibirama (SC). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 121/2000, que submete o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com o Zimbábue, exercer a função de embaixador do Brasil no Malauí; PLC nº 58/99, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares; e Requerimento nº 120/2000, do senador Tião Viana, solicitando a realização de audiência pública conjunta com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais, visando discutir a política espacial brasileira, notadamente o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) e os problemas sociais existentes na região. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

ESPECIAL

9h30 — Comissão de Assuntos Sociais

O senador Osmar Dias convida para exibição do vídeo, produzido pela TV Senado, sobre o trabalho desenvolvido pelo padre Paulino Baldassarri no estado do Acre. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

PEC facilita ascensão de auditor a ministro do TCU

Senado começa a discutir proposta que faz uma ressalva no limite de idade para nomeação de membros do Tribunal de Contas da União. Também está na pauta uma convenção internacional contra a corrupção

Começa a ser discutida hoje pelo Senado a proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que facilita a ascensão de auditor do Tribunal de Contas da União ao cargo de ministro. A PEC estabelece que o limite máximo de 65 anos exigido para nomeação de ministro não deve aplicar-se aos auditores do TCU. Isso porque ele entende que, ao ingressarem no tribunal, os auditores já cumpriram as exigências referentes a limites de idade, sendo injusto exigir que tenham menos de 65 anos quando surge a oportunidade de tornarem-se ministros.

A Constituição reserva uma vaga de ministro para ser preenchida por um dos três auditores do TCU. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Amir Lando (PMDB-RO) concorda com Bernardo Cabral. "Exigir o mesmo limite de idade quando o auditor vê aberta a rara oportunidade de ascender ao cargo de ministro representa autêntico *bis in idem*, por si só injustificável", afirma.

Se aprovada em primeiro e segundo turnos de votação, a iniciativa permitirá que dois auditores do TCU, que há duas décadas substituem ministros no Plenário, possam ser nomeados titulares, embora já com mais de 65 anos.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre o texto da convenção referente ao Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em 1997, em Paris. Trata-se de ins-

trumento multilateral que estabelece com a comunidade internacional compromisso que estimula o combate ao crime no comércio entre países, sem atingir a soberania das nações.

Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, o senador José Fogaça (PMDB-RS) informou que o texto tipifica o delito de corrupção de funcionário público estrangeiro e as sanções que a ele devem ser impostas, sem deixar de responsabilizar também as pessoas jurídicas. Explicou que o principal objetivo é evitar a corrupção nas transações comerciais internacionais, pois, além de distorcer as condições normais de competitividade, ela desperta sérias preocupações de ordem moral e política.

Os senadores também deliberam sobre requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para que tramitem conjuntamente cinco projetos em exame na Casa para alterar a lei referente ao pedágio em rodovias federais, com a finalidade de conceder isenções de pagamento.

Decidem também sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão das emissoras Rádio e TV Correio, de João Pessoa (PB), e Fundação Logos, de São José dos Campos (SP). Também aguarda votação requerimento solicitando o sobrestamento do projeto que renova a concessão da Rádio Porta Voz, de Cianorte (PR).

Comissão mista analisa emendas à MP dos Bingos

A comissão mista responsável pelo exame da medida provisória que altera a Lei Pelé e institui a taxa de administração dos bingos aprecia hoje as emendas apresentadas por senadores e deputados. A comissão já aprovou o projeto de conversão de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), mas, com a oitava reedição da MP, ocorrida em maio, abriu-se novo prazo para apresentação de emendas.

O projeto de conversão de Maguito trata principalmente da legislação que rege o futebol. De

acordo com o texto do senador, uma mesma empresa não poderá ter o controle acionário nem a gerência de mais de um clube, e a transformação de clubes de futebol em empresas passa a ser facultativa. Maguito Vilela manteve o fim do passe, ou seja, a partir de 2001 acaba o regime de propriedade dos jogadores de futebol profissional pelos clubes.

Em relação aos bingos, o projeto de conversão estabelece a continuidade de funcionamento nas condições atuais até 31 de dezembro de 2001.



Bernardo Cabral é autor da proposta de emenda constitucional que altera o limite de idade para nomeação de ministro do TCU, cuja discussão começa hoje em Plenário



CAS promove audiência pública sobre financiamento de moradia popular

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 10 horas, audiência pública destinada a debater os instrumentos de financiamento de moradias no Brasil, especialmente os voltados à população de baixa renda. A proposta partiu do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), por meio de requerimento aprovado pela CAS na semana passada.

Mauro observa que o grande déficit de moradias existente no país, associado ao fato de a construção civil ser um dos setores que mais absorvem mão-de-obra, inclusive a não especializada, sugere a reativação do setor, até como estratégia



Mauro Miranda quer atenção da sociedade ao problema da moradia

para combater o desemprego. Para o senador, a matéria merece atenção especial da Comissão de Assuntos Sociais e da sociedade brasileira.

De acordo com a proposta de Mauro Miranda, foram convidados o titular da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis; o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin; o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai; e o coordenador do Instituto de Cidadania, Luiz Inácio Lula da Silva, que deverão enviar representantes, conforme entendimento que tiveram com a secretaria da CAS.

Também foram convidados o re-

lator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Sérgio Guerra; o relator do Plano Plurianual (PPA), deputado Renato Vianna; e o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes.

VÍDEO

Por iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC), cujo requerimento foi aprovado pela CAS, será exibido também hoje, às 9h30, um vídeo produzido pela TV Senado sobre o trabalho do padre Paolino Baldassari no estado do Acre.

O religioso mora no extremo oeste da Amazônia há 46 anos e presta serviço missionário, educando e estimulando a formação de cooperativas e sindicatos de trabalhadores, segundo o senador. Tião Viana informou que o padre foi o fundador da primeira reserva extrativista criada na Amazônia, o Seringal Guanabara.

CE vota nome de ponte e concessões de emissoras

Projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome de José Vieira de Sales Guerra à ponte sobre o rio Branco, na BR-174, no município de Caracaraí, em Roraima, é um dos sete itens da pauta que a Comissão de Educação (CE) examina em reunião marcada para hoje, às 11h30. A proposta, que tramita em caráter terminativo, tem parecer favorável do relator, senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Os senadores da comissão vão

analisar também projetos de decreto legislativo renovando as concessões para funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Fundação Educativa Nordeste, de Lagoa Vermelha (RS); Sistema Evangelizador de Radiodifusão, de Jaboticabal (SP); Rádio Colméia, de Cascavel (PR); Rede Norte Sul de Comunicação, de Porto Alegre (RS), e Fundação Santa Luzia de Mossoró, de Mossoró (RN).

Está prevista ainda a votação do



Jucá é autor do projeto que dá nome a uma ponte na BR-174

projeto de decreto legislativo que outorga permissão para exploração de serviço de radiodifusão à Organização Guaratubana de Comunicações, de Guaratuba (PR). Todos os projetos receberam pareceres favoráveis dos relatores.

Martus Tavares fala hoje na Comissão de Orçamento

Ministro explica contingenciamento e restrições adotadas na liberação de recursos pela União. Deve falar também sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), alterado em decorrência da aprovação do Plano Plurianual (PPA)

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização promove hoje, a partir das 14 horas, audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ele vai explicar o contingenciamento e as restrições para a liberação de recursos, no valor de R\$ 7 bilhões, já previstos no Orçamento Geral da União para este ano. A reunião



A Comissão Mista de Orçamento se reúne a partir das 14h de hoje

estava prevista para quarta-feira da semana passada, mas não foi realizada em virtude de os deputados estarem envolvidos em votações importantes na Câmara.

Outro assunto que será abordado pelo ministro Martus Tavares são os novos pontos que compõem o projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2001, que foi mudado em decorrên-

cia da aprovação, pela comissão, do Plano Plurianual (PPA), obedecendo à nova metodologia do Orçamento Geral da União.

O Orçamento da União para este ano foi aprovado pelo Congresso na madrugada do dia 12 do mês passado. Acolhida pela Comissão de Orçamento e pelo Plenário do Congresso, a proposta dos parlamentares fixou um aumento de

83,4% nos investimentos com relação ao texto original enviado pelo Executivo. Com isso, foram acrescentados aos R\$ 6,8 bilhões previstos no texto do Executivo outros R\$ 5,7 bilhões, destinados a obras de infra-estrutura, programas de saúde, educação e agricultura. Com tais alterações, o total de investimentos aprovados pelo Congresso passou para R\$ 12,5 bilhões.

CRE discute realização de audiência sobre a política espacial

Requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) solicitando a realização de audiência pública para debater a política espacial brasileira está na pauta da reunião que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 17h30. O senador quer discutir especialmente o funcionamento do Centro de



Viana pretende debater o funcionamento do Centro de Alcântara

Lançamentos de Alcântara, no Maranhão, e os problemas sociais existentes na localidade.

Para a audiência, Tião Viana pede que sejam convidados, entre outros, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; o ministro da Defesa, Geraldo Quintão; e o procurador da República no Maranhão, Nicolau Costa Neto.

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a CRE também deve examinar mensagem do presidente da República em que o embaixador do Brasil no Malauí é indicado para acumular o cargo de embaixador junto ao Zimbábue. Relatório sobre a matéria será apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Também está na pauta da comissão projeto oriundo da Câmara que estabelece normas para a prestação de serviços administrativos voluntários nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares. O projeto trata ainda da prestação de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nesses órgãos.

CAE aprecia nova regra para aumento de capital em empresas públicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje, a partir das 10 horas, projeto de lei do Executivo que transfere da Presidência da República para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência para autorizar aumento de capital em empresas públicas. O voto do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), é favorável.

Outro projeto na pauta da CAE é o do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a venda, no Brasil, de cervejas e cigarros fabricados para exportação.

O projeto de Requião tem voto favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). Também estarão em exame hoje pela CAE os dois projetos que tramitam juntos e que propõem aumento de 1% para 3% do percentual da arrecadação das loterias federais a ser transferido para o Fundo Nacional de Cultura. Um dos projetos, já aprovado pela Câmara dos Deputados, é do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), e o outro é de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). O relator das duas propostas, senador Pedro Piva (PSDB-SP), vai apresentar voto favorável.

A CAE vai examinar ainda dois projetos de resolução que tramitam em conjunto e que autorizam os municípios a tomarem empréstimos com a Caixa Econômica Federal para modernizar as administrações. Os autores são os senadores Jorge Borhnausen (PFL-SC) e José Roberto Arruda.



Roberto Requião é autor do projeto que acaba com evasão de impostos

Projeto obriga TCU a enviar seus relatórios ao Legislativo

O Senado enviou à Câmara dos Deputados na última sexta-feira projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que amplia o controle dos atos e fatos apurados pelos procedimentos de fiscalização e exame de contas do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta foi aprovada na íntegra e encaminhada à Câmara por ter caráter terminativo. O projeto prevê que o TCU enviará, obrigatoriamente, ao Senado e à Câmara o resultado de suas fiscalizações e exames de contas.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acredita que o projeto vai garantir a realização de um controle mais amplo da aplicação dos recursos públicos, em um sistema compartilhado de informações e atuações das esferas administrativa e judicial.

Além do Senado e da Câmara, a proposta garante a deputados estaduais e vereadores o direito de receber cópias do acórdão ou decisão do TCU na apuração de irregularidade ou ilegalidade em processo de exame de tomada e prestação de contas, auditoria ou inspeção. Também obriga o ministro-relator do tribunal a comunicar ao Ministé-



Dutra é autor da proposta aprovada terminativamente e enviada à Câmara dos Deputados

rio Público Federal, sob pena de responsabilidade solidária, os procedimentos em que se reuniram provas de irregularidade e ilegalidade passíveis de ação judicial.

O ministro-relator ainda ficaria obrigado, após a instrução processual realizada pelo TCU, a fornecer dados e informações solicitadas por instituições do Judiciário, do Ministério Público ou da Advocacia-Geral da União 20 dias após a oficialização do pedido. "É inegável que a apuração de irregularidades e ilegalidades cometidas na gestão de recursos públicos será mais efetiva se apurada simultaneamente em diferentes instâncias", explicou Dutra.

Criação do Dia do Inventor será analisada pela Câmara

Seguiu também para a Câmara na última sexta-feira projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação instituindo o Dia do Inventor, a ser comemorado em 12 de novembro. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a proposta tem como objetivo estimular o reconhecimento da atividade do inventor, que tem marcado o mundo nos últimos cem anos, conforme a senadora.

— A estes abnegados profissionais, que muitas vezes dedicam toda a sua vida à busca de soluções e avanços científicos e tecnológicos, deve-se tamanho salto da história humana — diz Maria do Carmo na justificativa do seu projeto.

De acordo com a senadora, o



Maria do Carmo: proposta tem objetivo de estimular o reconhecimento da atividade

dia 12 de novembro foi escolhido porque nessa data, em 1906, Santos Dumont realizou no campo de Bagatelle, em Paris, o primeiro vôo de uma aeronave movida a motor a explosão.



Lauro Campos avalia que a diversidade da região dificultaria a adoção da medida

Para Lauro, moeda única na AL é inconveniente

O senador Lauro Campos (PT-DF) alertou ontem para a inconveniência da proposta de criação de moeda única na América Latina e, em, especial, para a adoção do dólar, devido à grande diversidade existente na região. O parlamentar lembrou que na Europa a unidade monetária foi obtida após anos de guerra e que o tema vem sendo tratado desde 1950. Mesmo assim, observou, ainda hoje existem dificuldades na implantação do euro.

O senador ressaltou que na América Latina, antes mesmo da criação de uma moeda única, já se observa uma briga entre o real e a adotada pela Argentina. “A unidade é uma aparência, sempre o que se sobressai é a diversidade”, disse o senador. Ele afirmou ainda que a moeda brasileira também não é única. O parlamentar exemplificou sua tese afirmando que, em muitos lugares, o trabalhador rural recebe um papel do proprietário da fazenda como promessa de pagamento de salário. “De modo que aquele papel expressa o poder do fazendeiro frente ao não-poder do trabalhador”, ressaltou.

Outro exemplo citado pelo senador para explicar a diversidade do valor do real é o papel-moeda que o Estado emite. “Esse dinheiro não serve como pagamento de bens de consumo, não concorre com os capitalistas e portanto não compra meios de produção para estabelecer indústrias.” De acordo com o senador, o Estado usa esse dinheiro geralmente para fins bélicos ou para o pagamento de servidores. “Talvez por esse motivo é que o funcionário público é tão maltratado, já que não se percebe sua inserção no mercado consumidor”, completou.

Requião critica prisão de Oviedo pela Polícia Federal

O senador questionou o que está por trás do processo de extradição do general paraguaio, em julgamento no Supremo Tribunal Federal

Dizendo estranhar o apoio do governo brasileiro “às eleições peruanas e à farsa democrática do Paraguai”, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou-se ontem contrário à prisão pela Polícia Federal, em Foz do Iguaçu (PR), do general paraguaio Lino César Oviedo, realizada a pedido do



Requião: Oviedo nada deve à Justiça paraguaia, que já o inocentou

Supremo Tribunal Federal (STF), que está julgando um processo de extradição.

Requião leu em Plenário moção de apoio que ele e Paes de Andrade, ex-presidente do PMDB, enviam para ser votada nas convenções municipais peemedebistas que escolherão candidatos para as próximas eleições. O texto diz que o PMDB foi formado na luta contra a ditadura e “não sucumbirá agora ajoelhado aos pés de FHC”. O senador disse estranhar que “o Brasil de Fernando

Henrique Cardoso” proclame a defesa da democracia paraguaia. “Sutil e extraordinária democracia essa, onde o presidente da República é nomeado pelo Congresso”, observou.

Definindo Lino Oviedo como um importante líder político paraguaio, Requião indagou: “Por que essa prisão? Por que Oviedo é contra a Alca e a subordinação do Paraguai aos Estados Unidos? O que há por trás desse processo?” Conforme o senador, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é o último passo da colonização do Cone Sul pelos Estados Unidos.

Para ele, a entrada do Mercosul na Alca significaria o fim das economias latino-americanas, já que, se é verdade que o Mercosul incrementou as relações comerciais desses países, não se pode

afirmar que esse estímulo tenha se derivado da competitividade das mercadorias locais. O senador explicou que esse estímulo se deve fundamentalmente às taxas externas comuns e à redução dos preços contidos nas barreiras alfandegárias.

“Será que é a oposição do general Oviedo a essas peripécias do Fundo Monetário e dos Estados Unidos que faz com que o Brasil o prenda?”, indagou ainda Requião. Para ele, Oviedo nada deve à Justiça. O senador sustentou que o general foi inocentado no Paraguai em decisão transitada em julgado.

Requião informou ainda que Oviedo recebeu indulto do presidente constitucional Raul Cubas. E, ao sair da cadeia, candidatando-se à presidência do Partido Colorado, foi impedido de conseguir seu intento em razão de manobras de adversários, que fizeram com que ele perdesse o perdão. Para Requião, “é evidente que nada tem de democrática e legal essa manobra, que não tem precedente na história constitucional do mundo”.



Segundo Jonas Pinheiro, a viabilidade da mistura foi mostrada por estudos do governo

Jonas defende adição de álcool anidro ao óleo diesel

Estudos técnicos e testes específicos feitos pelo governo comprovaram que a adição de álcool anidro ao óleo diesel é viável desde que faça parte da mistura um aditivo específico, conhecido como AEP-102, de origem orgânica, biodegradável, despoluente e solubilizante, informou ontem ao Plenário o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

—O ganho mais expressivo da adoção dessa mistura assenta-se no campo ecológico, em face dos benefícios para o ambiente e para a população advindos da redução da poluição nos centros urbanos. Os estudos realizados identificaram que os índices de poluição, tais como os que medem a “fumaça preta”, podem ser reduzidos em torno de 40% a 50%.

O senador por Mato Grosso destacou que a adição do álcool anidro ao óleo diesel também daria um grande impulso ao setor sucroalcooleiro. Ele acrescentou que simulações realizadas mostram que, com a adoção da medida, a produção de álcool teria um incremento de cerca de 4 bilhões de litros por ano. Essa diferença corresponde a cerca de 30% da produção anual no momento, que chega a 13 bilhões de litros.

A cultura da soja também poderá ter sua produção ampliada com a mistura, já que o aditivo AEP-102 é um de seus derivados. “Vale considerar que a medida aumentará ainda a oferta de emprego não somente nas atividades vinculadas ao setor do açúcar e do álcool, como ao de soja e ao dos segmentos de transformação e processamento”, disse.

O senador informou ainda que segunda-feira da semana passada, em Cuiabá (MT), ocorreu o lançamento da pedra fundamental da empresa Ecomat, voltada para a produção do aditivo AEP-102. Jonas Pinheiro relatou que a iniciativa contou com o apoio do Sindicato dos Produtores de Álcool de Mato Grosso.

Calheiros apela ao governo e à CEF para que negociem com inadimplentes

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez ontem apelo ao governo e à Caixa Econômica Federal (CEF) pela abertura de um canal de negociação com os mutuários inadimplentes do Sistema Financeiro da Habitação. Segundo o parlamentar, os contratos que não são amparados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais estão apresentando “sério desequilíbrio”, com prestações altíssimas e saldo devedor acima do valor de mercado. “São 177 mil contratos com resíduos superando os R\$ 5 bilhões”, disse.

Calheiros condenou a política da Caixa em Alagoas, onde policiais armados estão sendo usados para despejar famílias de conjuntos habitacionais modestos. Para ele, os mutuários não estão inadimplentes por prazer ou gosto, mas porque a descontinuidade da política habitacional e os juros elevados e corrigidos pela TR tornaram impossível a quitação das presta-

ções, argumentou, pedindo a imediata cessação dessas operações.

Para o senador por Alagoas, a retomada de imóveis condena famílias ao relento e sequer dá ganhos à CEF, já que o imóvel acaba sendo vendido por um valor inferior ao previsto no contrato. “Muito melhor seria renegociar com o mutuário, abrindo mão de parte dos juros extorsivos, reduzindo as prestações ao tamanho de seus bolsos”, afirmou.

Calheiros lembrou que o direito à moradia está garantido na Constituição, e não pode ser tratado como uma mera operação bancária. Ele ressaltou que o governo tem obrigação de buscar solução para a elevada inadimplência nas prestações da casa própria, uma vez



Renan Calheiros lembrou que o direito à moradia está garantido na Constituição

que moradia deve ser tratada como política social. “Não se pode cometer o equívoco de esperar que o problema se torne insanável. É necessária uma atuação antecipada para evitar o pior”, disse.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou indignação diante das “truculentas operações de despejo” realizadas em Alagoas, que deixaram crianças abandonadas nas ruas, pois seus pais não estavam em casa quando a polícia chegou. “O governador não pode liberar as polícias Civil e Militar para participarem dessas ações. O que ele precisa fazer é servir de mediador entre a CEF e os mutuários, em busca de uma solução”, ressaltou.

Mozarildo vê autoritarismo na gestão orçamentária

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou a forma "autoritária" com que, na sua opinião, é elaborado e executado o Orçamento Geral da União. Para o parlamentar, o corte de verbas no valor de R\$ 7,4 bilhões anunciado pelo governo neste ano mostra que é um erro manter o caráter autorizativo do Orçamento.

Mozarildo alertou para os efeitos sociais nocivos desses cortes. Segundo ele, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano sofreu um corte de 84%; o Ministério do Esporte e Turismo, de 51,08%; e o Ministério da Integração Nacional, de 68,23%.

— O Executivo continua a deter o monopólio de fixar a receita e a despesa pública, executar ou não o Orçamento, alocar recursos sem consultar a sociedade, eleger projetos e programas, determinar prioridades e determinar o que deve e o que não deve ser pago, se, como, quanto e quando — disse Mozarildo Cavalcanti.

O senador lamentou que o



Para Mozarildo, é um erro dar caráter apenas autorizativo ao Orçamento

Brasil viva num "círculo vicioso" em que a sociedade não é ouvida para a elaboração do Orçamento e esta peça acaba ficando desconhecida. Assim, a aplicação do dinheiro não é fiscalizada, estando sujeita a fraudes e desvios.

Mozarildo Cavalcanti defendeu a proposta do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna o Orçamento impositivo. Ele previu que a mudança tornará o Orçamento mais transparente, reduzindo muito a possibilidade de alocação de recursos para obras eternamente inacabadas, projetos com alto risco de corrupção e desvio de recursos públicos.

A metodologia de elaboração orçamentária adotada pelo governo federal desrespeita o princípio constitucional de redução das desigualdades regionais, segundo o senador Mozarildo. Ele explicou que muitos programas de abrangência nitidamente regional são classificados na categoria "nacional", permitindo ao governo cortar, realocar ou congelar livremente verbas.

Ademir quer explicações sobre liberação de águas brasileiras

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) quer conhecer detalhes de um possível acordo entre o Brasil e a União Européia para pôr fim às restrições à entrada de produtos agropecuários brasileiros em troca da permissão para barcos europeus pescarem em águas brasilei-



Ademir estranhou a suposta liberação da costa a navios europeus

ras. Ele condenou "a forma sorrateira e ao mesmo tempo açodada com que o governo trata de questões de tamanha importância e que envolvem grande complexidade".

O reconhecimento do Centro-Oeste como área livre de febre aftosa não justifica, segundo o senador, a abertura da costa marítima para navios europeus. Sobretudo num momento em que a indústria pesqueira cobra do governo federal a definição de uma política nacional para a pesca, completou. A liberação de águas brasileiras à pesca é, para ele, uma concessão de tal magnitude que sequer deveria integrar conversações destinadas a aumentar nossas exportações. Além do mais, disse, é prerrogativa constitucional do Congresso deliberar sobre o assunto.

Simon elogia a prisão do banqueiro Salvatore Cacciola

Parlamentar cumprimenta promotores que atuaram no caso Marka/FonteCindam e pede a continuidade das investigações

Em discurso no Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou ontem a atuação dos promotores cujo trabalho permitiu levar à prisão do banqueiro Salvatore Cacciola, no último dia 7. "O assunto parecia morto, era um tema que eu lamentava estar na gaveta, mas, com rara competência, os promotores levaram adiante as investigações e pegaram o Brasil de surpresa", afirmou.

Simon disse esperar que os promotores não se curvem a possíveis pressões na continuidade da investigação sobre o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. "Foi achado um documento afirmando pertencer a Chico Lopes US\$ 1,65 milhão que estava na conta de seu sócio no exterior", recordou o senador. "Ele disse que o dinheiro tinha origem em herança do pai dele, e agora os promotores provaram que isso não é verdade", observou.

Pedro Simon destacou que a busca realizada pelos promotores na casa de Francisco Lopes foi feita na presença de dois delegados e um escrivão da Polícia Federal,

com mandado de busca, e que o lacre do material apreendido só foi tirado na presença dos advogados dos acusados.

O senador pediu ainda apuração das acusações contra a diretora de Fiscalização do BC, Teresa Grossi, e destacou que o ministro da Fazenda, Pe-

dro Malan, foi convocado para depor na Polícia Federal para informar se sabia ou não das transações realizadas pelo Banco Central.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) pediu que se investigue também a atuação do Senado. Ele afirmou que o Senado, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou irregularidades nos bancos, recomendou o indiciamento de Teresa Grossi e, mais tarde, autorizou a nomeação dela como diretora do BC.

Lauro Campos (PT-DF) afirmou que Francisco Lopes apenas sujou o nome do pai dele. "Para se livrar



Pedro Simon: "Os promotores pegaram o Brasil de surpresa"

de acusações, jogou a culpa no próprio pai", disse. Renan Calheiros (PMDB-AL) considerou "inconcebível" que um país faça o que o Brasil fez com os bancos Marka e FonteCindam.

Tramitando na Justiça novo pedido de prisão preventiva contra Lopes e outros

quatro envolvidos no escândalo dos bancos Marka e FonteCindam: a ex-diretora jurídica do Marka Cinthia Costa e Souza; o ex-controlador do banco, Eliel Martins da Silva; o ex-presidente do FonteCindam, Luís Antônio Gonçalves; e o ex-proprietário do banco, Roberto José Steinfield.

Os pedidos têm como base a operação de ajuda do BC, que vendeu dólares ao Marka e ao FonteCindam, em janeiro de 1999, após a desvalorização do real, com valores abaixo do mercado, provocando prejuízo de R\$ 1,6 bilhão ao Tesouro Nacional.

Heloísa cobra exame de proposta de plebiscito para venda de hidrelétricas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda não tenha colocado em pauta o projeto de decreto legislativo, de sua autoria e apresentado em abril de 1999, que trata da convocação de um plebiscito sobre a privatização das hidrelétricas. Inicialmente, o projeto tratava apenas da privatização da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (Chesf), mas a senadora reapresentou a proposta abrangendo todo o setor energético.

Heloísa Helena lembrou que o projeto já conta com parecer favorável da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) e criticou os argumentos apresentados pelo governo para justificar a venda das



Na opinião de Heloísa, "privatização popular é uma grande mentira"

hidrelétricas. Ela classificou de propaganda enganosa a promessa do governo de realizar uma "venda pulverizada" ou "venda popular" das ações das hidrelétricas, e apontou como incoerência a afirmação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, de que será fácil vender as empresas elétricas porque elas dão lucro.

Na opinião dela, é um "absurdo" o fato de o governo exaltar a ausência do Estado em um setor estratégico. "É uma grande mentira essa privatização popular. O pequeno investidor jamais vai indicar os membros dos conselhos administrativos", afirmou.

Roberto Requião (PMDB-PR) concordou com Heloísa Helena e classificou como "canalhice" o modelo brasileiro de privatização.

Segundo ele, os governistas alegam que o modelo segue o exemplo norte-americano, mas ninguém conseguiu explicar por que o governo americano não privatiza suas hidrelétricas. "Os americanos não privatizam a água", explicou.

Lauro Campos (PT-DF) explicou que a venda de ações é um meio de financiar as empresas e não de socializar o capital. E disse que os dividendos percebidos pelos acionistas minoritários nada mais são que o equivalente ao que receberiam se tivessem aplicado em renda fixa. "É uma taxa de juros disfarçada", afirmou.

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), privatizar a geração de energia "é mais do que selvagem". Ele lembrou que, nas privatizações anteriores, o capital que mais participou foi o nacional, ao contrário do que o governo dizia. "Privatizar a Chesf será privatizar o próprio rio São Francisco", criticou.

Maguito propõe voto de louvor do Senado a Guga

Para o senador, com a vitória no torneio de Roland Garros o tenista colocou-se ao lado dos grandes nomes do esporte brasileiro, como Pelé, Ayrton Senna e Zico. Requerimento será votado na sessão de hoje

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou ontem requerimento para voto de louvor e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten por sua vitória no torneio de Roland Garros, uma das quatro mais importantes competições da modalidade no mundo, com a qual se tornou o número um do ranking do tênis mundial. O requerimento será votado na sessão deliberativa de hoje.

Na justificativa do requerimento, Maguito afirmou que Guga, com suas conquistas esportivas, colocou-se ao lado dos grandes nomes do esporte brasileiro, como Pelé, Ayrton Senna e Zico, sendo justo, portanto, que o Senado lhe envie cumprimentos. Para o senador,

quando um país se destaca no esporte, cresce o interesse mundial sobre outros de seus aspectos, o que termina por dinamizar o turismo.

Em aparte, Carlos Patrocínio (PFL-TO) saudou Guga como um líder da juventude, fato que, na sua opinião, incentivará milhares de crianças e adolescentes a praticarem esporte. “Todos sabemos que a prática esportiva representa a forma mais eficiente de tirar os jovens das ruas e das drogas”, concluiu.



Maguito Vilela diz que conquistas no esporte se refletem no turismo

Arruda saúda conquista no tênis e pede CPI para investigar o futebol

Declarando-se um apaixonado pelo esporte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) aproveitou a vitória do tenista Gustavo Kuerten no torneio de Roland

Garros para sugerir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigue o futebol brasileiro. Na opinião de Arruda, um esporte que agrega tanta emoção não pode ser tratado da forma como ocorre no Brasil, onde é movido por interesses comerciais e particulares.

— Na hora da partida, tenho dúvidas se os jogadores estão defendendo o Brasil ou a marca que os patrocina — disse o senador ao lembrar a derrota do Brasil para a França na última Copa do Mundo, quando, segundo afirmou, Ronaldinho foi colocado em campo ao sair do hospital porque a marca que o patrocinava assim o exigia.

Arruda referiu-se também à situação do Gama, time do Distrito Federal que, mesmo classificado em 14º lugar no ano passado, não foi incluído pela CBF entre os 20

clubes que participarão da primeira divisão do Campeonato Brasileiro do ano 2000. O senador se disse espantado com o fato de que, depois de o Gama ganhar várias ações, a CBF tenha respondido que o futebol não pode ser acionado na Justiça. “Quer dizer que a lei existe para todos, menos para o futebol?”, questionou.

Arruda afirmou esperar que, depois de uma investigação séria sobre os interesses que envolvem o futebol, o Brasil possa receber desse esporte alegrias como a que Gustavo Kuerten ofereceu no domingo. Sobre a vitória de Guga, ressaltou que é fruto também do investimento feito pelo estado de Santa Catarina, que vem há algum tempo incentivando o tênis nas escolas. Ele frisou que esse esporte, por ser caro, necessita de apoio governamental, e que o governo catarinense vem realizando isso a um custo baixo.

Arruda lembrou a simplicidade e a origem humilde de Guga, dizendo que, com sua criatividade, o brasileiro demonstra ao mundo que se trata de um povo vitorioso, apesar das dificuldades que en-



José Roberto Arruda espera que, depois de investigado, o futebol dê mais alegrias ao país

frenta. O senador também destacou a importância da vitória de Guga para a divulgação do esporte entre os jovens.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou Arruda por ter levantado o problema do futebol, “mesmo na hora de se comemorar a glória”. Simon disse que a questão da derrota do Brasil para a França, levantada pelo orador, é tão séria que merece uma apuração aprofundada.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Pedro Simon e o presidente do Movimento Parlamentarista Brasileiro, Vamireh Chacon, falam sobre o parlamentarismo no Brasil
7h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma política
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: A mulher, a árvore e o chapéu — Sobral (CE)
9h — *Cores do Brasil* — Turismo em São Luís do Maranhão
9h30 — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após — Comissão de Educação
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão mista que analisa os bingos (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Sociais
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Álvaro defende urgência na reforma política

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defende, em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 7h30, urgência na votação da reforma política, em especial o exame do instituto da fidelidade partidária, do fim da reeleição nos três níveis da administração pública e do financiamento público exclusivo das campanhas.

Álvaro Dias cita o livro de Said Ferreira, ex-deputado federal e prefeito de Maringá (PR), intitulado *Brasil — 500 anos, um país em agonia*, que advoga as mesmas idéias de reformulação política. “Do alto de sua experiência, Said Ferreira propõe como solução a aprovação dessas mudanças políticas, ao lado da descentralização administrativa e da reforma tributária”, afirma.

TV Senado apresentará programa de entrevistas em parceria com MinC

Um programa de *talk-show* abordando a produção cultural do país. Esta é uma das idéias que esperam apenas a assinatura de um convênio entre a TV Senado e o Ministério da Cultura para se viabilizar. A parceria ficou acertada na última quinta-feira, em reunião com a presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort; do diretor de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita; do secretário de Audiovisual, José Álvaro Moisés; e da diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli.

— A TV Senado entrará com a produção e a veiculação do programa, e o Ministério da Cultura

deve escolher o entrevistador e também os entrevistados — explicou Marilena, salientando que serão sempre grandes nomes da cultura brasileira.

Além do *talk-show*, a parceria deve garantir a transmissão da mais recente produção brasileira de curtas-metragens, vídeos e documentários viabilizados a partir de prêmios e concursos públicos patrocinados pelo MinC.

— Temos o maior interesse na parceria com a TV Senado para a divulgação do que se faz no ministério — afirmou Francisco Weffort, salientando a política de incentivo ao cinema brasileiro.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Marina: a Câmara dos Deputados precisa instalar comissão para analisar projetos sobre o tema

Marina quer uso de recurso genético regulamentado

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez ontem apelo aos parlamentares da Câmara dos Deputados para que seja instalada, o mais rápido possível, a comissão especial daquela Casa criada para analisar quatro projetos que tratam do acesso aos recursos genéticos nacionais, conhecidos como biodiversidade.

A senadora mencionou matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* segundo a qual a comissão para dar parecer às propostas ainda não conseguiu *quorum* necessário para sua instalação. Além disso, acrescentou, o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), advertiu que dificilmente haverá número para a instalação do colegiado na reunião marcada para amanhã.

Autora de uma das matérias em tramitação na Câmara, já aprovada por unanimidade pelo Senado com substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR), Marina Silva lembrou a necessidade urgente para a aprovação dos projetos.

– Devemos oferecer à sociedade brasileira um instrumento legal regulamentando o acesso aos nossos recursos genéticos e biológicos – salientou a parlamentar.

Marina Silva informou haver uma polêmica em torno da proposta apresentada pelo governo e do projeto de sua autoria. Ela citou como exemplo a iniciativa do Executivo que cria um Conselho Deliberativo, a ser composto por técnicos, que seria responsável pela definição da política para o setor. Já seu projeto, explicou, seria bem mais representativo, pois prevê a criação de uma Comissão de Recursos Genéticos, com representantes do governo, comunidades e instituições não-governamentais.

Para Jefferson, pobreza favorece o narcotráfico

O senador citou reportagem do jornal *O Globo* mostrando que setores da região do rio Solimões “já são presas” de narcotraficantes

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que o “extremo subdesenvolvimento” que caracteriza as atuais condições de vida das populações do interior da Amazônia fortalece o narcotráfico como alternativa econômica de sobrevivência. Reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, citou o parlamentar, mostra que empresários, políticos e populações ribeirinhas da região do rio Solimões já são presa do tráfico, conforme relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O senador alertou o governo para a necessidade de a região merecer maior atenção das autoridades públicas.

Na avaliação de Jefferson Péres, esgotou-se o processo histórico do extrativismo florestal, dado que a borracha e a castanha, assim como outros pro-



Segundo Jefferson Péres, proteger a Amazônia é uma obrigação, mas não “na base do achismo”

duto regionais, estão praticamente sem mercado. Além disso, acrescentou, o preocupação ambiental impede a extração de madeiras e a abertura de frentes de expansão agrícola e pecuária, situação agravada pela

ampliação das terras indígenas. – Não há como pedir a seres humanos privados dos meios de subsistência que não infrinjam a lei – considerou. Dizendo-se ambientalista, Jefferson observou que preservar a floresta amazônica é uma obrigação. “Mas não vamos nos curvar a exageros ambientalistas, muito menos de organizações externas que muitas vezes falam na base do achismo.”

Com a mesma preocupação de Jefferson, mas em relação ao interior do Tocantins, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), em aparte, defendeu a necessidade de rediscutir a destinação das terras indígenas, para que os diferentes agrupamentos tenham “área compatível”. Ele também reclamou da pressão ambientalista “ferrenha, externa e contrária” à implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Carlos Patrocínio mostra vinculação entre educação e crescimento econômico

Durante pronunciamento em Plenário, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) relacionou ontem o nível educacional da população ao crescimento econômico do país. Ele divulgou estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que analisam a estreita vinculação entre desenvolvimento e educação. Segundo a pesquisa, um ano a mais de estudos pode significar uma taxa de crescimento de 0,35% para o país.

– Hoje a média de tempo de educação da população fica em torno de cinco anos e meio. Conseguindo elevá-la para oito anos, teríamos um aumento da renda *per capita* de quase um ponto percentual. A taxa de exportações se elevaria em 1,8%. O nível do salário nas indústrias subiria 2,1%. Teríamos benefícios em vários indicadores sociais, como redução na taxa de mortalidade e crescimento da população – apontou o senador.

Patrocínio classificou a educação como fundamental para melhorar a distribuição de renda e favorecer a mobilidade social, mas

reconheceu que o investimento no setor não tem retorno imediato.

– Um investimento demora anos, talvez décadas, para mostrar resultados. É por isso que o tempo urge quando se trata de introduzir mudanças na educação – afirmou, apontando para os avanços obtidos no governo Fernando Henrique Cardoso sob a gestão do ministro Paulo Renato Souza, da Educação.

O senador mencionou o aumento de matrículas no ensino fundamental, que subiram de 86% em 1994 para 96% em 1999. De acordo com Carlos Patrocínio, o analfabetismo está caindo, as matrículas no ensino médio cresceram 57% em cinco anos, as dificuldades regionais estão diminuindo e nos últimos cinco anos o ensino superior cresceu 28%.

– Há que se fazer menção à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, o Fundef, que alterou os mecanismos de financiamento da educação, especialmente do ensino fundamental – elogiou.



Para Patrocínio, houve avanços na área de educação durante o governo de Fernando Henrique

Em aparte, os senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) apoiaram o discurso de Patrocínio. Hartung lembrou projeto de sua autoria que aumenta a fiscalização da sociedade sobre os recursos distribuídos pelo Fundef aos municípios. Quintanilha mencionou o fenômeno dos novos analfabetos, que são os excluídos das novas tecnologias e dos novos meios de comunicação.



Nabor considera inadmissível que o Brasil ainda tenha de conviver com a doença

Nabor alerta para aumento da malária na região Norte

Alerta para o crescimento dos casos de malária na região Norte do Brasil foi feito ontem em Plenário pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). O parlamentar citou dados publicados em matéria do jornal *O Globo*, intitulada “Malária avança no Norte e assusta o governo”, que apontam um crescimento da doença no Pará de 142,53% nos últimos cinco anos e elevação de 177,65% no total de casos confirmados no Amazonas no triênio 1997/1999.

– Não podemos admitir que, na entrada de um novo milênio, o Brasil ainda tenha de conviver com mazelas centenárias, cujo agravamento nos dá um triste primado no pódio dos países menos competentes na tarefa de assegurar, a seus cidadãos, níveis mínimos de saúde pública e de controle das doenças endêmicas regionais – afirmou Nabor Júnior.

Na opinião do senador, a precariedade dos recursos públicos destinados a campanhas de prevenção da malária e ao combate à doença é um dos obstáculos para a redução de sua incidência. Ele registrou que os R\$ 6 milhões aplicados no ano passado foram insuficientes.

Nabor comentou que o mais preocupante é que não existe vacina eficaz contra a malária. Ele destacou que, se fossem investidos mais recursos em prevenção, os diagnósticos poderiam ser antecipados.

No estado do Acre, segundo Nabor Júnior, a situação também é preocupante. Segundo informações do Ministério da Saúde fornecidas pelo senador, em 1999 foram verificados 23.730 casos no estado, 44% a mais que no ano anterior. “Basta projetar esse índice de 12 meses para um período de três ou cinco anos, como no caso do Pará e Amazonas, para se ter uma idéia da gravidade do problema”, alertou.